

SONDA DO BRASIL S.A. | CNPJ 64.641.327/0001-25

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais			Consolidado			Demonstrações das mutações					
ATIVO			Controladora			do patrimônio líquido					
	Nota	2021	2020	2021	2020		Nota	Capital social	Legal	Reserva	Reserva
Caixa e equivalentes de caixa	7	106.156	3.479	107.341	-						
Contas a receber de clientes	8	44.772	39.578	52.112	-	Saldo em 31/12/19		262.270	6.722	-	-
Estoques	9	650	2.251	729	-	Lucro líquido do exercício		-	-	-	-
Tributos a recuperar	10	11.078	10.638	14.103	-	Constituição de reserva legal	27.2	-	-	548	-
Despesas antecipadas	11	675	305	705	-	Saldo em 31/12/20		262.270	7.270	-	-
Outros ativos	12	9.369	7.279	12.569	-	Saldo inicial de não controladores		-	-	-	-
Total do ativo circulante		172.700	63.500	187.559	-	Transferências entre acionistas	15.1	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	8	919	431	15.084	-	Lucro do exercício		-	-	-	-
Tributos diferidos	14	-	-	2.098	-	Distribuição de dividendos	27.3	-	-	-	-
Outras contas a receber					-	Constituição de reserva legal	27.2	-	-	731	-
com partes relacionadas	13	16.231	153.235	15.662	-	Saldo em 31/12/21		262.270	8.001	-	-
Depósitos judiciais	26	2.395	7.695	2.415	-	Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto					
Despesas antecipadas	11	315	61	315	-	Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Total do realizável a longo prazo		19.860	161.422	35.574	-	Lucro do exercício	31.611	10.970	32.047	-	-
Investimento	15	11.839	-	-	-	Ajustes para:					
Intangível	17	152.094	154.707	157.879	-	Depreciações e amortizações	5.833	7.128	6.044	-	-
Imobilizado	16	141	774	2.357	-	Reversão perdas de créditos esperadas	30	48	(20)	232	-
Direito de uso	19	-	-	-	-	Provisão para obsolescência dos estoques		404	1.433	404	-
Total do ativo não circulante		183.934	316.903	195.855	-	Provisão para processos judiciais	32	3.788	1.491	3.788	-
Total do ativo		356.634	380.433	383.414	-	Resultado de equivalência patrimonial	15	(1.106)	-	-	-
PASSIVO						Juros incorridos de empréstimos e financiamentos e arrendamentos				31	308
Fornecedores e contas a pagar	18	4.397	1.864	6.177	-	Perdas com depósitos judiciais	32	6.925	-	1	695
Arrendamento mercantil - Locação	19	-	-	-	-	Gastos com reestruturação	32	249	2.290	249	-
Empréstimos e financiamentos	20	499	304	7.599	-	Custo residual de ativos imobilizados baixados		693	1.114	7.666	-
Obrigações sociais e trabalhistas	22	12.409	10.212	13.274	-	IR e CS	14	(8.908)	5.631	(8.908)	-
Obrigações tributárias	21	2.006	2.250	2.651	-	Variações nos ativos e nos passivos (Aumento) ou diminuição dos ativos					
Parcelamento tributário	23	-	-	423	-	Contas a receber		(5.730)	5.906	(16.541)	-
Recetas a apropriar	24	2.022	777	2.022	-	Estoques		1.197	4	1.512	-
Outros passivos	25	10.756	10.317	10.763	-	Tributos a recuperar		(440)	1.292	(1.343)	-
Total do passivo circulante		32.089	25.724	42.920	-	Despesas antecipadas		(624)	325	(624)	-
Arrendamento mercantil - Locação	19	-	-	-	-	Outros ativos		(2.090)	(113)	3.171	-
Empréstimos e financiamentos	20	446	431	9.146	-	Outras contas a receber com partes relacionadas		(5.091)	1.194	14.855	-
Outras contas a pagar	13	3.010	5.376	3.370	-	Depósitos judiciais		(1.625)	(2.535)	(1.625)	-
Parcelamento tributário	23	24	245	385	-	Depósitos em garantias e caucões					
Recetas a apropriar	24	43	63	43	-	Aumento (ou diminuição) dos passivos					
Tributos diferidos	14	7.734	20.098	7.734	-	Fornecedores e contas a pagar		(45)	(188)	(4.195)	-
Provisões para riscos	26	31.110	28.944	31.121	-	Obrigações sociais e trabalhistas		1.928	(4.436)	1.726	-
Total do passivo não circulante		42.553	55.157	53.833	-	Obrigações tributárias		(2.600)	(1.731)	(2.247)	-
Patrimônio líquido	27					Parcelamento tributário		(325)	(138)	(44)	-
Capital social		262.270	262.270	262.270	-	Recetas a apropriar		1.225	(1.503)	1.225	-
Outras reservas		(2.577)	5.099	(2.577)	-	Outros passivos		439	155	440	-
Reserva de lucro a destinar		22.299	32.183	22.299	-	Provisões para riscos		(1.622)	(4.640)	(1.622)	-
Patrimônio líquido atribuído aos controladores		281.992	299.552	281.992	-	Outras contas a pagar com partes relacionadas		2.303	(1.125)	(25.087)	-
Participação não controladores		-	-	4.669	-	Caixa gerado nas atividades operacionais		26.747	23.925	18.152	-
Total do patrimônio líquido		281.992	299.552	286.661	-	IR e CS pagos		(1.100)	(464)	(1.100)	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		356.634	380.433	383.414	-	Juros pagos de empréstimos e arrendamentos		(61)	(60)	(87)	-
Demonstrações dos resultados						Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		25.586	23.401	17.165	-
	Nota	2021	2020	2021	2020	Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Receita operacional líquida	28	129.326	107.878	141.922	-	Empréstimos de empresas ligadas		(40.376)	(31.809)	(40.376)	-
Custos das mercadorias e serviços prestados	29	(91.377)	(79.040)	(100.580)	-	Recebimento de empréstimos a empresas ligadas		163.331	5.380	163.331	-
Lucro bruto		37.949	28.838	41.342	-	Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(53)	(319)	(3.277)	-
Comerciais	30	(130)	50	(888)	-	Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado) nas atividades de investimentos		122.902	(26.748)	119.678	-
Administrativas	31	(14.257)	(10.714)	(14.826)	-	Recebimento de empréstimos a empresas ligadas		535	-	535	-
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	32	(7.464)	(3.384)	(7.616)	-	Pagamento de empréstimos a empresas ligadas		(5.204)	-	(5.204)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		16.098	14.790	18.012	-	Pagamento de arrendamento Distribuição de dividendos	27.3	(40.764)	-	(40.764)	-
Receitas e impostos	33	7.312	3.884	7.314	-	Captação de empréstimos e financiamentos		-	-	12.718	-
Despesas financeiras	33	(1.813)	(2.073)	(2.187)	-	Amortização de empréstimos e financiamentos		(378)	(177)	(444)	-
Finanças líquidas		5.499	1.813	5.827	-	Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(45.811)	(351)	(33.160)	-
Resultado de equivalência patrimonial		1.106	-	-	-	Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		102.677	(3.698)	103.683	-
Resultado antes dos impostos IR e CS corrente		22.703	(3.456)	23.130	-	Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		3.479	7.177	3.479	-
IR e CS diferido		12.364	(6.629)	12.365	-	Saldo inicial da empresa adquirida		-	-	-	179
Lucro líquido do exercício		31.611	10.970	32.047	-	Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		106.156	3.479	103.683	-
Resultado atribuído aos:						Total		102.677	3.479	103.683	-
Acionistas controladores	31.611	10.970	31.611	-	-						
Acionistas não controladores		-	436	-	-						
Lucro líquido do exercício	31.611	10.970	32.047	-	-						
Demonstrações dos resultados abrangentes											
	Nota	2021	2020	2021	2020						
Lucro líquido do exercício	31.611	10.970	32.047	-	-						
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-						
Resultado abrangente do exercício	31.611	10.970	32.047	-	-						
Resultado atribuído aos:											
Acionistas controladores	31.611	10.970	31.611	-	-						
Acionistas não controladores		-	436	-	-						
Resultado abrangente do exercício	31.611	10.970	32.047	-	-						

Notas explicativas administração			
1. Contexto operacional: A Sonda do Brasil S.A. (“Sonda” ou “Companhia”) é uma empresa de tecnologia da informação que oferece soluções de alto valor agregado a diversos setores econômicos. Em 30 anos de atuação, desenvolveu e implementou soluções que beneficiam milhões de pessoas em todas as regiões do país. A Sonda possui em seu portfólio softwares de gestão, serviços e projetos de consultoria que atendem empresas de pequeno, médio e grande porte. A Sonda possui grande expertise em processos de ERP e sistemas de gestão fiscal. Suas inovações tecnológicas resultam em redução de custos, maior produtividade e aumento na receita das organizações. O seu portfólio de serviços é composto por serviços de consultoria relacionados ao desenvolvimento, venda, implementação, consultoria, manutenção e suporte de aplicações, sendo elas Fiscais, Comércio Exterior, SAP entre outras. Transformação Digital: • Digital Automation: um serviço que permite que o valor do cliente seja gerado pela implementação de um modelo operacional de gestão da força de trabalho híbrida, por meio da introdução de uma Força de Trabalho Digital. Permite gerar maior eficiência operacional e economia, mecanizando tarefas repetitivas e incluindo atividades de adoção que considerem a cultura de cada organização, otimizando os recursos dos negócios para abordagens mais estratégicas. • Digital Experience: serviços de consultoria com profundo conhecimento sobre o setor, com foco em soluções de transformação digital, com o objetivo de gerar valor com as quais ele trabalha tem sido revistos em conjunto e de forma abrangente. Dessa forma, esse tipo de serviço permitirá que a Companhia projete junto aos clientes seu próprio caminho de transformação por meio da identificação e conceitualização de iniciativas de digitalização que não descompensam a organização, buscando o desenvolvimento sistêmico de capacidades e habilidades que permitam um ritmo de inovação sustentado ao longo do tempo. Utilities - Unidade de Apoio à Indústria de Utilidades, inclui renda, custos e/ou despesas			
incluem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, na mesma data de fechamento. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da seguinte sociedade controlada, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:			
Razão social	Sede	Dominação	% Participação
		2021	2020
Sonda Mobility Ltda.	Brasil	Sonda Mobility	71,72%

para a prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de aplicativos, bem como suporte e evolução destes, incorporando metodologias tradicionais àquela que é baseada em tecnologia para controlar aplicações e sua qualidade, proporcionando a continuidade operacional a qualquer tipo de organização e apoiando as necessidades de crescimento do negócio do cliente. EUS - Seu principal objetivo é manter a continuidade operacional do negócio dos clientes, fornecendo um serviço de suporte técnico especializado e oportuno às exigências que os clientes fazem. Agrupa os serviços a seguir. • Service Desk : opera como um único ponto de contato para os usuários de um cliente para todas as suas necessidades de TI, podendo resolver on-line ou dimensionar para outros grupos de resolução, consultando, incidentes ou solicitações dos Serviços de TI, disponibilizando vários canais de comunicação, como telefone, e-mail e web ticket, bem como um horário comercial 7x24. • Fiel Service : oferece suporte técnico especializado para a atenção e resolução de campo de incidentes que afetam os componentes da infraestrutura tecnológica disponível para usuários, como notebook, desktop, impressoras e sistemas operacionais. Além disso, realiza manutenção preventiva e reparo de servidores, equipamentos de comunicação, etc., garantindo continuidade operacional. MDS - Serviço abrangente de terceirização da estrutura com um custo mensal conhecido, único e total, que permite às empresas terceirizar tudo relacionado à infraestrutura tecnológica que mantêm em suas dependências e que permite que seus executivos gastem seu tempo no desenvolvimento e garantia de serviços que apoiem o CORE de seus negócios. Integration & Outsourcing - O serviço consiste em governar centralmente e gerenciar recursos, pessoas e tecnologia, a fim de projetar e entregar uma solução tecnológica abrangente que aproveita tudo, desde a continuidade operacional até a transformação de seu negócio para um modelo digital. Consultoria de TI - Negócios compostos por serviços de consultoria, suporte, manutenção de plataformas, projeto e arquitetura de infraestrutura de TI, análise de configuração (scanner de TI), migrações de infraestrutura e dados, análise de desempenho, suporte especializado de segundo e terceiro nível, gerenciamento de tecnologia, soluções de monitoramento, assessoria TIIL e implementação em processos de tecnologia. Evento Societário - Incorporação da Elucid Solutions S.A. : Em junho de 2017, em decorrência de reorganizações das empresas do grupo, no país, ocorreu a incorporação da Elucid Solutions S.A. em suas empresas, os registros para a incorporação da Elucid foram realizados a valores contábeis, não havendo qualquer montante de valor justo, jágo ou mais valia de ativos, registrado em quaisquer empresas envolvidas na transação. A incorporação da Elucid atendeu aos interesses da Companhia, bem como de seus acionistas, visto que a incorporação propiciou a racionalização e unificação das atividades exercidas por ambas as Companhias, resultando na simplificação operacional, no melhor aproveitamento das sinergias e na redução de custos e gastos, com otimização da estrutura administrativa, além de facilitar o acesso às informações das demais empresas integrantes do grupo econômico da Sonda Brasil S.A. Evento Societário - Aporte de capital na Sonda Mobility Ltd. : Em 20 de 19.140 de 2021, a Sonda do Brasil S.A. realizou aporte de R\$ 19.140 na Sonda Mobility Ltd., por meio de aumento do capital social, conforme 2ª alteração do contrato social, por meio da conversão de mútuos. Assim, a Sonda do Brasil Ltd. passa a ser a controladora da empresa, com 71,72% do patrimônio líquido. 11. Impactos da Covid-19 : A administração realiza avaliação de forma constante dos impactos das mudanças nas condições na posição patrimonial e financeira da Companhia com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações. A administração acredita que os impactos estão sendo administrados de forma a não influenciar a continuidade normal da Companhia. 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas : As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos das orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS). A administração declara que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados ativos financeiros mensurados pelo seu valor justo, quando aplicável. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 5. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela administração em 25 de abril de 2022. Após a sua aprovação, os membros do acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 21. Bases de consolidação de investimentos em controlada : As demonstrações financeiras consolidadas		
DFC - Originalmente apresentada pelo método direto:		
Das atividades operacionais		2020
Geradas pelas atividades operacionais		
Recebimentos de clientes		117.420
Outros recebimentos de caixa de atividades operacionais		67
Pagamentos a fornecedores		(11.592)
Pagamentos a empregados		(73.139)
Outros pagamentos de caixa de atividades operacionais		(8.829)
Caixa proveniente das operações		23.917
Imposto de renda e contribuição social pagos		(464)
Disponibilidades líquidas geradas (utilizadas) pelas atividades operacionais		23.453
Das atividades de investimentos		
Recebimentos de empréstimos e empréstimos de empresas ligadas		5.380
Empréstimos a empresas ligadas		(31.809)
Aquisição de ativo imobilizado		(319)
Juros recebidos/pagos		20
Caixa líquido (utilizado) nas gerado pelas atividades de investimentos		(26.728)
Das atividades de financiamento		
Pagamento de juros bancários		(31)
Outros pagamentos/recebimentos de caixa por financiamento		(392)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(423)
(Diminuição) Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(3.698)
Caixas e equivalentes de caixa		
No início do exercício		7.177
No final do exercício		3.479
(Diminuição) Aumento de caixa e equivalentes de caixa (DFC - Representada pelo método indireto):		(3.698)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		2020
Lucro do exercício		10.970
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações		7.128
Reversão perdas de créditos esperados		(20)
Provisão para obsolescência dos estoques		1.433
Provisão para processos judiciais		1.491
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos e arrendamentos		31
Indenizações		1.390
Gastos com reestruturação		2.290
Custo residual de ativos imobilizados baixados		1.114
Variações de renda e Contribuição social		5.631
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) ou diminuição dos ativos		
Contas a receber		5.906
Estoques		4
Tributos a recuperar		1.292
Despesas antecipadas		325
Outros ativos		(113)
Outras contas a receber com partes relacionadas		1.194
Processos judiciais		(2.535)
Depósitos e garantias e caucões		
Aumento ou (diminuição) dos passivos		
Fornecedores e contas a pagar		(188)
Obrigações sociais e trabalhistas		(4.436)
Obrigações tributárias		(1.731)
Parcelamento tributário		(138)
Receitas a apropriar		(1.503)
Outros passivos		155
Provisões para riscos		(4.640)
Outras contas a pagar com partes relacionadas		1.125
Caixa gerado nas atividades operacionais		23.925
Imposto de renda e contribuição social pagos		(464)
Juros pagos de empréstimos e arrendamentos		(60)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		23.401
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Empréstimos de empresas ligadas		(31.809)
Recebimento de empréstimos a empresas ligadas		5.380
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(319)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado) nas atividades de investimentos		(26.748)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de arrendamento		(174)
Amortização de empréstimos e financiamentos		(177)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(351)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		(3.698)
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de janeiro		7.177
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		3.479
		(3.698)
3. Mudanças de políticas contábeis: 3.1. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2022. A Companhia e sua controlada não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. a) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37). As alterações especificam quais os custos que uma entidade		

	Reservas	Patrimônio líquido	Participação	Total
Ativos	Reserva	atribuido ao controlador	de não controladores	
Investimentos	A destinar			
553	(2.724)	21.761	288.582	288.582
		10.970	10.970	10.970
	(548)			
553	(2.724)	32.183	299.552	299.552
			4.233	4.233
	(8.407)			(8.407)
		(8.407)		(8.407)
	31.611	31.611	436	32.047
	(40.764)	(40.764)		(40.764)
	(731)			
553	(11.131)	22.299	281.992	4.669 286.661

a) Objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado.

b) Imposto diferido relacionado às alterações apuradas pelo método de custo. A aplicação das alterações ao PCII 32/IAS 12: As alterações limitam o escopo da origem de reconhecimento inicial para excluir transações que são designadas diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diretos associados precisaram ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado em qualquer efeito cumulativo reconhecido no momento da mudança no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio líquido naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

c) Outras normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Concessões de e o grupo relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao IFRS 9/IFRS 16);
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020; e
- Atualização: Efeitos ambientais e o meio ambiente (normas IASB 27/IAS 6).

d) Estrutura Constitucional (Alterações ao PCII 23/IAS 3);

e) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao PCII 26/IAS 1);

f) IFRS 17 - Contratos de Seguros;

g) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao PCII 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);

h) Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao PCII 23/IAS 8).

4. Principais práticas contábeis:

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados e compreendem:

- Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são considerados dinheiro, banco, cheque em trânsito e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão avaliadas pelo valor justo na data do balanço e seu risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e Financiamentos", no passivo circulante.
- Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia (nota explicativa nº 8). Os créditos podem ser classificados em ativo circulante, caso contrário, são apresentados no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva de juros reduzida pelas estimativas de perdas esperadas, a título de perdas de créditos esperadas (PCE).
- Estoque:** Os estoques são valorizados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada simples. Os estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização, considerando os custos incorridos em elaboração compreende custos de projeto, matéria-prima, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas indiretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos financeiros. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou de obsolescência são constituídas com base em políticas internas estabelecidas para determinar o nível de estoque passível de perda.
- Contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre ativos, passivos, os valores contábeis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e sobre o patrimônio líquido, sendo negativa a diferença quando houver saldo negativo atualmente para determinado crédito de diferido de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social foram apurados na demonstração do Lucro Real e são controlados na parte B do LALUR/LALUR, conforme cada período, partindo do lucro líquido contábil, mais adições, menos exclusões e compensações, podendo ser compensados independentemente de qualquer prazo, desde que observada o prazo de cada período de apuração o limite de 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos representam diferenças decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se reutilizarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos representam diferenças decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se reutilizarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos representam diferenças decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se reutilizarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos representam diferenças decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se reutilizarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos representam diferenças decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se reutilizarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos representam diferenças decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se reutilizarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos representam diferenças decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se reutilizarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos representam diferenças decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se reutilizarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos representam diferenças decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se reutilizarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos representam diferenças decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se reutilizarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos representam diferenças decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se reutilizarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos representam diferenças decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se reutilizarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos representam diferenças decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se reutilizarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos representam diferenças decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se reutilizarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos representam diferenças decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se reutilizarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos representam diferenças decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se reutilizarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos representam diferenças decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se reutilizarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos representam diferenças decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se reutilizarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos representam diferenças decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas

financiamentos, são acrescidos do custo diretamente relacionado à transação. **Mensuração subsequente:** A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Passivo financeiro a valor justo pelo resultado:** Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento pelo meio de derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. Os juros, variação monetária e cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **Custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da amortização. Quando o ativo é vendido ou quando o passivo é extinto, quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. **Compensação de instrumentos financeiros, apresentação líquida:** Não é permitida a apresentação líquida entre ativos e passivos financeiros no balanço patrimonial, exceto se houver um direito legal e corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **c) Fornecedores e contas a pagar:** As contas a pagar e os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram recebidos e não são mensurados subsequentemente pelo custo no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 1 ano; caso contrário, são classificadas no passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **I) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecido no resultado durante o período de amortização. Quando os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo, pelo menos, por 12 meses após a data-base do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos geram o produto que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é o ativo que necessariamente demonstrará um período de tempo significativo antes de ser disponibilizado para uso ou venda pretendida ou para ser capitalizados como parte do custo do ativo quando o período que eles resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **m) Provisões para riscos:** As provisões para causas judiciais (trabalhista, civil e tributos indiretos) são reconhecidas quando i) a Companhia tem uma obrigação presente ou futura por uma formalizada obrigação de eventos passados; ii, é provável que uma perda ou recurso econômico ocorrerá; e iii, o provável valor da perda ou o valor líquido será estimado com confiança. Uma provável perda individual incluído na mesma classe de obrigações é considerada pequena. **n) Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações não relacionadas à atividade principal da Companhia. Quando requerido, os elementos do passivo de terceiros são demonstrados quando houver efeito relevante. **o) Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da prestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. Possuem origem em acordos comerciais de prestação de serviços de tecnologia e informática e, assim como o desenvolvimento de software, a entrega, devolução, em troca. **A receita é** apresentada líquida de impostos, despesas, abatimentos e descontos. Quando a receita é proveniente de uma transação que não é baseada em serviços, os benefícios econômicos futuros fluem à Companhia e a sua controlada e esses benefícios passam por confidencialmente mensurados e quando ela for mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. O montante da receita proveniente de uma transação é geralmente estabelecido entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo. O reconhecimento se dá quando, ou à medida que, uma obrigação de desempenho for satisfeita e quando a entidade da transação possa ser mensurado confidencialmente e alçado a essa obrigação. Quando a receita é proveniente de uma transação que não é baseada no prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **p) Instrumentos financeiros: I) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um direito de cancelamento unilateral) é mensurado inicialmente pelo valor justo inicialmente mensurado ao valor justo pelo meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **II) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo pelo meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ao valor justo pelo meio de resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: não for designado como mensurado ao VJORA; e não for classificado como mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente

[illegible]

►►► a) Durante o exercício de 2020, a Companhia realizou provisões e executou indenizações e reestruturações relacionadas ao realinhamento da estrutura e dos processos da Companhia. b) Os processos que tiveram as contingências e os depósitos judiciais baixados tratam-se de casos que tiveram a execução extinta, realizou-se acordo ou são casos arquivados definitivamente, situações essas em que os valores dos depósitos judiciais são levantados pelos reclamantes para quitar o montante devido. Foi realizado também um trabalho de saneamento na base dos processos trabalhistas nos períodos de outubro, novembro e dezembro, com o objetivo de reduzir o valor da contingência. Avaliou-se os casos que tinham a execução quitada e que poderiam ser baixados tanto na contingência quanto no depósito. Esse trabalho gerou uma redução nas contingências e, consequentemente, nos depósitos. c) Reconhecimento em 2021, o valor do pleito da Lei do Bem, referente a Inovação e Tecnologia de 2020.

33. Resultado financeiro, líquido:	Controladora	Consolidado	
Receitas financeiras	2021	2020	2021
Juros sobre leasing	119	58	141
Juros sobre mútuos (a)	7.107	3.571	7.065
Atualização monetária ativa	12	198	24
Rendimento sobre aplicações	15	30	15
Variação cambial ativa	3	1	13
Juros sobre recebimento de clientes	56	26	56
	7.312	3.884	7.314
Despesas financeiras			
Impostos sobre operações financeiras	(79)	(133)	(410)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(60)
Juros sobre mútuos (passivo)	(145)	(117)	(103)
Juros e multa de mora por atraso	(475)	(326)	(475)
Atualização monetária passiva	-	(13)	(4)
Despesas financeiras com fianças	(769)	(1.415)	(769)
Outras despesas financeiras	(305)	(49)	(326)
Variação cambial passiva	(40)	(20)	(40)
	(1.813)	(2.073)	(2.187)
	5.499	1.811	5.127

a) Receita com juros decorrente de operação e mútuo entre partes relacionadas e também pela elevação paulatina do CDI de 2,75%

até 9,75% a.a. **34. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os valores da cobertura de seguros para riscos operacionais em 2021 e 2020 estão demonstrados abaixo:

	Controladora	Consolidado	
	2021	2020	2021
Cobertura de seguros	108.615	100.908	133.615

Adicionalmente, foram contratados seguros para garantia de obrigações contratuais em 2021 e 2020, demonstrados abaixo:

	Controladora	Consolidado	
	2021	2020	2021
Garantia de obrigações contratuais	85.522	84.572	85.522

35. Remuneração da administração: A remuneração da diretoria executiva em 2021 totalizou R\$ 1.478 na controladora e R\$ 2.201 no consolidado (R\$ 1.364 em 2020). **36. Transações que não envolvem caixa:** a) **Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2). b) **Imobilizado:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adquiriu ativo imobilizado e intangíveis no individual no montante de R\$ 586 e R\$ 2.694 (R\$ 1.179 e R\$ 154 em 2020), respectivamente, dos quais R\$ 3.227 (R\$ 1.014 em 2020) não são itens de caixa, e imobilizado e intangíveis no montante de R\$ 8.409 e R\$ 3.196, respectivamente, dos quais R\$ 8.328 não são itens de caixa, na demonstração financeira consolidada. **37. Eventos subsequentes:** Em 13 de janeiro de 2022, foi aprovada, conforme Ata de Reunião de Sócios, a redução de capital da empresa Sonda do Brasil Ltda. em R\$ 98.759, passado o capital social de R\$ 262.270 para R\$ 163.511. Conforme a nota explicativa nº 6, a Companhia efetuou operação de confirmação de Termo de Moeda nº 112021120159800, NDF (Non Deliverable Forward), contratada nos termos do Convênio nº 5371, com o objetivo de travar a taxa de câmbio para o pagamento da redução de capital. Essa operação gerou uma perda de R\$ 707 mil. **Alteração societária:** Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária registrada na JUCESP em 3 de fevereiro de 2022, foi aprovada a transformação da sociedade anônima Sonda do Brasil S.A. em uma sociedade limitada sob a denominação Sonda do Brasil Ltda.

Diretoria	
Ricardo Scheffer de Figueiredo - CEO Grupo SONDA Brasil	Jorge David Ramirez Scott - CFO
Frederico Gustavo de Assis Silva - Contador - CRC/MG 088418/O-3 T-DF	

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas da **Sonda do Brasil S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sonda do Brasil S.A. ("Sonda" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sonda em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Reapresentação da demonstração dos fluxos de caixa:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.3, que detalha os efeitos das alterações da demonstração dos fluxos de caixa anteriormente divulgado em 17 de março de 2021. Ressaltamos que tal alteração não afetou a nossa opinião de auditoria. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte dos trabalhos realizados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos

controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das empresas ou atividades de negócio do grupo, para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2022.

PP&C Auditores Independentes - CRC2SP16.839/O-0

Paulo José de Carvalho - CRC1SP145.095/O-8 - Contador

Giacomo Walter Luiz de Paula - CRC1SP243.045/O-0 - Contador